

DA LEI À PRÁTICA: DESAFIOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E SEUS EFEITOS NA INCLUSÃO EDUCACIONAL

*FROM LAW TO PRACTICE: CHALLENGES OF THE
UNIVERSALIZATION OF SCHOOL LIBRARIES AND THEIR
EFFECTS ON EDUCATIONAL INCLUSION*

Silvana Cordeiro da Silva¹

DOI: <https://doi.org/10.46550/am.v7i1.44>

Resumo: Este artigo analisa os desafios da universalização das bibliotecas escolares no Brasil e discute seus efeitos na promoção da inclusão educacional. A reflexão parte do reconhecimento de que o acesso à leitura e à informação constitui um direito educacional fundamental, sendo a biblioteca escolar um espaço estratégico para a democratização do conhecimento e para o fortalecimento das práticas pedagógicas. O estudo examina o marco legal que orienta a implementação dessas bibliotecas, com destaque para a Lei nº 12.244/2010, além de outras políticas educacionais que valorizam a formação de leitores e o acesso à cultura escrita. Em seguida, discute obstáculos estruturais e de gestão que ainda dificultam a efetivação dessa política pública, como limitações de infraestrutura, fragilidades na composição e atualização dos acervos, ausência de profissionais qualificados e restrições de financiamento. Também são analisados os impactos pedagógicos associados à presença ativa da biblioteca no ambiente escolar, especialmente no que se refere ao acesso à leitura, à equidade de oportunidades e à permanência dos estudantes na escola. Os resultados indicam que a simples existência de bibliotecas não garante o acesso efetivo à leitura, sendo necessário integrar esses espaços ao projeto pedagógico, investir na formação de mediadores e assegurar condições institucionais para seu funcionamento contínuo. Conclui-se que a biblioteca escolar, quando estruturada e articulada às práticas educativas, contribui para

1 Licenciatura Plena em Letras - Português/ Inglês pela Universidade Estadual de Goiás; Especialização em Neuropedagogia e Psicanálise - Faculdade Tecnológica de Palmas (2009). Mestrado em Ciências da Educação - Universidad Del Sol (UNADES -2026).

fortalecer a inclusão educacional e ampliar oportunidades de aprendizagem.

Palavras-chave: biblioteca escolar; inclusão educacional; políticas públicas; leitura; democratização do conhecimento.

Abstract: This article analyzes the challenges of the universalization of school libraries in Brazil and discusses their effects on the promotion of educational inclusion. The reflection is based on the recognition that access to reading and information constitutes a fundamental educational right, with the school library serving as a strategic space for the democratization of knowledge and the strengthening of pedagogical practices. The study examines the legal framework that guides the implementation of these libraries, highlighting Law No. 12.244/2010, as well as other educational policies that value the formation of readers and access to written culture. It then discusses structural and management obstacles that still hinder the effective implementation of this public policy, such as infrastructure limitations, weaknesses in the composition and updating of collections, the absence of qualified professionals, and funding constraints. The pedagogical impacts associated with the active presence of the library in the school environment are also analyzed, particularly with regard to access to reading, equity of opportunities, and student retention in school. The results indicate that the mere existence of libraries does not guarantee effective access to reading, making it necessary to integrate these spaces into the pedagogical project, invest in the training of mediators, and ensure institutional conditions for their continuous operation. It is concluded that the school library, when structured and articulated with educational practices, contributes to strengthening educational inclusion and expanding learning opportunities.

Keywords: school library; educational inclusion; public policies; reading; democratization of knowledge.

Introdução

Nas últimas décadas, o debate sobre bibliotecas escolares no Brasil ganhou maior visibilidade no campo das políticas educacionais e culturais, especialmente a partir da compreensão de que leitura e informação constituem direitos fundamentais para a formação cidadã. Nesse contexto, a biblioteca escolar passa a ser reconhecida não apenas como espaço de armazenamento de livros, mas como ambiente pedagógico capaz de favorecer práticas de leitura, pesquisa e produção de

conhecimento. Ao integrar-se ao cotidiano escolar, esse espaço contribui para ampliar repertórios culturais, fortalecer vínculos com o aprendizado e promover experiências educativas mais inclusivas.

O reconhecimento da biblioteca como elemento estruturante da educação básica foi reforçado por marcos legais e políticas públicas que buscam garantir o acesso ao livro e à informação nas instituições de ensino. A promulgação da Lei nº 12.244/2010, que estabeleceu a universalização das bibliotecas escolares no país, representa um marco nesse processo ao definir que todas as escolas brasileiras devem dispor de bibliotecas em funcionamento. Essa legislação dialoga com diretrizes mais amplas, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destacam a leitura como prática essencial para o desenvolvimento cultural, cognitivo e social dos estudantes.

Apesar desses avanços normativos, a efetivação da política de universalização das bibliotecas escolares ainda enfrenta desafios significativos. Em muitas redes de ensino, persistem limitações relacionadas à infraestrutura, ao acervo, à presença de profissionais qualificados e ao financiamento das ações necessárias para o funcionamento contínuo desses espaços. No debate sobre a implementação da Lei nº 12.244/2010, Caldeira et al. (2016) indicam que a ausência de mecanismos de monitoramento e de planejamento institucional tende a transformar metas legais em referências formais, sem garantir impactos efetivos no cotidiano das escolas.

Nesse cenário, torna-se necessário compreender a biblioteca escolar como parte integrante das estratégias de promoção da equidade educacional. Ao favorecer o acesso à leitura e à informação, esses espaços podem contribuir para reduzir desigualdades de oportunidades e ampliar as condições de aprendizagem de estudantes provenientes de diferentes contextos sociais. A biblioteca, quando integrada ao projeto pedagógico da escola, atua como ambiente de mediação cultural e educativa, possibilitando experiências formativas que fortalecem autonomia intelectual, participação e pertencimento.

Diante desse contexto, este artigo busca analisar os desafios da universalização das bibliotecas escolares no Brasil e discutir seus efeitos na promoção da inclusão educacional. A reflexão parte do entendimento de que a existência formal de bibliotecas nas escolas não garante, por si só, o acesso efetivo à leitura e à informação, sendo necessário considerar fatores estruturais, institucionais e pedagógicos que influenciam o funcionamento desses espaços no cotidiano escolar.

Para desenvolver essa discussão, o artigo organiza-se em três eixos principais. Inicialmente, apresenta-se uma análise do marco legal e das políticas públicas relacionadas às bibliotecas escolares, destacando avanços e lacunas na implementação dessas iniciativas. Em seguida, discutem-se os obstáculos estruturais e de gestão que dificultam a universalização desses espaços, com atenção aos aspectos de infraestrutura, acervo, profissionais e financiamento. Por fim, examinam-se os impactos pedagógicos da biblioteca escolar na promoção da inclusão educacional, especialmente no que se refere ao acesso à leitura, à equidade de oportunidades e à permanência escolar.

Marco legal e políticas públicas para bibliotecas escolares: avanços, lacunas e exigências de implementação

O marco legal das bibliotecas escolares no Brasil nasce da compreensão de que leitura e informação são direitos e não apenas recursos pedagógicos. Nas últimas décadas, esse debate ganhou forma em leis e diretrizes que conectam escola, cultura e cidadania. Além de orientar a existência desses espaços, as normas procuram vincular acervo, gestão e mediação ao currículo, reforçando a biblioteca como parte do projeto político-pedagógico. Esse enquadramento amplia responsabilidades institucionais e exige que a letra da lei dialogue com as condições reais de oferta nas redes de ensino em todo o país.

Entre os avanços, destaca-se a Lei nº 12.244/2010, que institui a meta de universalizar bibliotecas em instituições de ensino, criando um horizonte mínimo de estrutura e acervo. Esse movimento dialoga com políticas educacionais mais amplas, como o PNE e a BNCC, que valorizam competências leitoras e culturais ao longo do percurso escolar. Mais recentemente, a institucionalização de um sistema nacional busca articular ações em rede, aproximando gestão, formação e acessibilidade. Ainda assim, a expansão normativa evidenciou desigualdades e diferentes capacidades de execução entre as redes de ensino.

Apesar do avanço jurídico, a universalização não se realiza por decreto. O cumprimento do prazo legal e a efetiva existência de bibliotecas em funcionamento dependem de planejamento, orçamento, orientação técnica e processos de avaliação que articulem escolas e sistemas educacionais. No debate sobre a implantação, Caldeira et al. (2016) indicam que a ausência de monitoramento e de indicadores tende a esvaziar metas e transformar

a política em referência formal, sem impacto uniforme. Quando faltam parâmetros institucionais claros, a implementação se torna fragmentada e reativa, com baixa capacidade de correção de rumos.

A leitura desses marcos evidencia que a biblioteca é posicionada como eixo de democratização do conhecimento e de promoção da inclusão educacional. A BNCC, ao tratar a leitura como prática formadora, cria demanda de integração entre biblioteca e currículo, evitando que esse espaço seja apenas um suporte periférico. O PNE, ao enfatizar qualidade e equidade, reforça que o acesso ao livro e à informação precisa alcançar estudantes de diferentes territórios e perfis sociais, com atenção à diversidade. Esse desenho também convoca práticas de gestão democrática, participação comunitária e planejamento pedagógico contínuo.

A Lei nº 12.244/2010 estabeleceu metas objetivas e um cronograma para que as redes estruturassem suas bibliotecas. O próprio dispositivo indicou um “prazo de dez anos” Brasil (2010) para a adequação, o que sugeria avanço concreto. Contudo, na ausência de recursos e de coordenação entre diferentes níveis de gestão, muitas escolas permaneceram com soluções improvisadas e desiguais, e a iniciativa acabou sendo tratada como “marco mais simbólico do que prático” Caldeira et al. (2016). Esse contraste evidencia que a norma, isoladamente, não garante acervo atualizado, espaço adequado e equipe permanente.

Outro ponto crítico do marco legal refere-se à centralidade do trabalho humano na biblioteca escolar. Sem profissionais qualificados e formação continuada, a política tende a se reduzir à presença física do acervo e a uma lógica meramente administrativa. Nessa direção, a dissertação alerta que, sem mediação, o espaço pode ser convertido em “depósito de materiais” Silva e Medeiros (2024, p. 19), perdendo força pedagógica e afastando-se das práticas de leitura previstas nas diretrizes curriculares. Assim, as exigências de implementação incluem políticas de carreira, tempo de trabalho específico e articulação com os docentes.

A criação de arranjos nacionais mais recentes sinaliza tentativas de corrigir fragilidades observadas no ciclo anterior de implementação. Ao propor articulação em rede, o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares amplia a compreensão da biblioteca como política pública estruturante, e não como iniciativa isolada de cada escola. Esse movimento pode fortalecer padrões mínimos de infraestrutura, acessibilidade e gestão, além de criar possibilidades de acompanhamento e cooperação federativa. Também

se torna necessário integrar programas de livro e leitura para reduzir sobreposição de ações e desperdício de esforços no cotidiano escolar.

Ao discutir a distância entre norma e prática, a dissertação enfatiza que a implementação das bibliotecas escolares exige mecanismos de incentivo e acompanhamento, e não apenas prescrições legais. Nesse sentido, destaca-se que “a obrigatoriedade legal, isoladamente, não garante o direito à leitura” Silva (2026), pois o acesso efetivo depende de acervo pertinente, recursos acessíveis e mediação pedagógica planejada. Daí a importância de indicadores de acompanhamento, metas intermediárias, apoio técnico e financiamento, combinados com formação e gestão participativa. Sem esses elementos, o marco legal tende a perder parte de sua potência pedagógica.

A exigência de implementação também envolve redefinir a biblioteca como equipamento cultural estratégico, especialmente para escolas públicas localizadas em territórios socialmente vulneráveis. Quando o texto ressalta que a leitura precisa ser compreendida como “direito e não privilégio” Silva (2026), aponta-se para um dever do Estado: assegurar condições materiais e humanas para que todos participem de práticas leitoras. Isso inclui acessibilidade, diversidade no acervo e integração com projetos pedagógicos do cotidiano. Desse modo, a equidade passa a constituir critério fundamental de gestão nas redes de ensino.

Mesmo com o conjunto normativo existente, persistem lacunas que dificultam a consolidação de uma política pública permanente para bibliotecas escolares. A ausência de bibliotecários em muitas redes, a fragilidade de investimentos em manutenção e a carência de levantamentos atualizados impedem que gestores identifiquem prioridades e corrijam desigualdades. Em periferias urbanas e áreas rurais, a falta de espaço adequado e de recursos básicos mantém a biblioteca distante das práticas pedagógicas cotidianas. Soma-se a isso a fragmentação de programas de livro e leitura, o que reduz coerência e continuidade nas ações educacionais.

Diante desse quadro, as exigências de implementação podem ser sintetizadas em três eixos principais: infraestrutura e acessibilidade, profissionais e mediação pedagógica, e governança acompanhada de avaliação contínua. A biblioteca precisa estar prevista no planejamento escolar, com metas definidas, responsáveis institucionais e rotinas de uso vinculadas ao currículo e ao projeto político-pedagógico. Além disso, a política requer instrumentos de acompanhamento e apoio técnico para que a escola não dependa apenas de iniciativas individuais. Quando

há participação da comunidade escolar, o espaço ganha legitimidade e continuidade.

Contudo, o marco legal representa uma conquista importante ao reconhecer a biblioteca escolar como direito e condição para aprendizagem e inclusão. Entretanto, a distância entre dispositivos normativos e realidade escolar mostra que universalizar envolve muito mais do que criar salas ou distribuir livros. É necessário alinhar legislação, financiamento, formação profissional e gestão democrática, garantindo que cada biblioteca funcione como ambiente de leitura viva, produção de sentidos e acesso equitativo ao conhecimento. Somente assim a política se converte em prática efetiva no cotidiano escolar.

Obstáculos estruturais e de gestão na universalização: acervo, infraestrutura, profissionais e financiamento

A universalização das bibliotecas escolares encontra obstáculos estruturais que variam conforme o território, a rede de ensino e a capacidade administrativa. Mesmo com previsão legal, muitas escolas operam em espaços improvisados, salas compartilhadas ou ambientes sem condições mínimas de preservação e uso contínuo. Quando o espaço não é estável e acolhedor, a biblioteca perde rotina, frequência e sentido pedagógico, tornando-se um recurso eventual, pouco integrado ao cotidiano de leitura e pesquisa. Essa situação fragiliza o serviço, gera perdas no acervo e reduz a permanência dos estudantes na escola.

Outro entrave aparece na composição do acervo: quantidade não garante pertinência, diversidade nem atualização. Em muitas escolas, as coleções chegam de modo descontínuo, com lacunas temáticas, poucos exemplares disponíveis para empréstimo e baixa renovação ao longo do tempo. Quando a seleção não dialoga com o contexto local, surgem estantes pouco consultadas. A ausência de materiais acessíveis e de diferentes linguagens limita o acesso de estudantes com deficiência e reduz a potência inclusiva da biblioteca. Sem reposição e descarte adequados, obras desatualizadas permanecem no acervo enquanto títulos necessários deixam de chegar às escolas.

As diferenças regionais ampliam essas barreiras, pois infraestrutura, investimento e capacidade de gestão não se distribuem de maneira homogênea. Em muitas redes, faltam espaços adequados, recursos humanos qualificados e acervos atualizados, o que torna desigual o acesso à leitura

e à informação (Silva, 2026). Quando não existem metas intermediárias e suporte técnico consistente, a lei passa a funcionar apenas como referência simbólica, com baixa capacidade de corrigir rumos e orientar prioridades no nível da escola e do sistema educacional. Assim, persistem assimetrias entre escolas que deveriam oferecer o mesmo direito.

Mesmo quando existe intenção política de implementar bibliotecas escolares, a consolidação dessas estruturas esbarra em rotinas frágeis de manutenção. Sem adequações estruturais, mobiliário apropriado, acessibilidade e preservação do acervo, a biblioteca torna-se vulnerável a danos e ao descarte de materiais. O texto alerta que “sem planejamento orçamentário e acompanhamento institucional” a inclusão pode permanecer apenas no discurso, sem impacto efetivo na rotina escolar. Por essa razão, a gestão precisa tratar a biblioteca como serviço contínuo, com horários definidos e responsabilidades claras, e não como uma entrega pontual.

A falta de profissionais é outro ponto sensível, pois empurra a biblioteca para o improviso. Quando não há bibliotecário ou equipe definida, o funcionamento do espaço passa a depender da boa vontade de diferentes atores escolares, o que gera períodos de fechamento e perda de continuidade nas atividades. A organização do acervo passa a competir com outras urgências da escola, e a mediação da leitura tende a ficar em segundo plano. O resultado é a baixa circulação de livros, pouco acompanhamento das turmas e o enfraquecimento do vínculo leitor.

A formação continuada aparece, portanto, como condição fundamental para a viabilidade do trabalho na biblioteca escolar. Sem desenvolvimento profissional, a mediação tende a se limitar ao empréstimo de livros, sem a construção de itinerários de leitura, projetos interdisciplinares ou ações voltadas à acessibilidade. Na discussão sobre gestão de recursos, Farías e Britto (2019) indicam que a efetividade da Lei 12.244/2010 exige mecanismos de monitoramento e financiamento, o que implica preparar mediadores e gestores para planejar, acompanhar e avaliar ações. Assim, o foco deixa de ser apenas “ter biblioteca” e passa a ser “fazê-la funcionar”.

O financiamento atravessa todos os demais eixos dessa política pública. Os recursos precisam contemplar aquisição e reposição de acervos, tecnologias assistivas, adaptações de acessibilidade, formação de profissionais e manutenção do espaço. Quando o orçamento é incerto, projetos são interrompidos e aquilo que foi implantado tende a se deteriorar

ao longo do tempo. A descontinuidade cria ciclos de avanço e retrocesso, impedindo que a biblioteca seja reconhecida como direito educacional permanente e não como iniciativa eventual.

Há também desafios de gestão ligados à prioridade institucional atribuída às bibliotecas escolares. Em muitos casos, o espaço fica fora dos planos de aplicação de recursos e das metas pedagógicas das redes de ensino, como se fosse um setor periférico. O texto enfatiza que “o investimento contínuo em infraestrutura, acervo e formação profissional é essencial” para sustentar o papel social da biblioteca. Quando esse espaço passa a integrar o planejamento anual da escola, ele ganha previsibilidade, critérios de acompanhamento e capacidade de prestar contas à comunidade escolar.

Além da dimensão estrutural, a articulação pedagógica costuma ser frágil. Sem integração com professores e coordenação pedagógica, a biblioteca funciona paralelamente às atividades de sala de aula, sem conexão com projetos de leitura, pesquisa e produção cultural. Isso gera baixa frequência, pouca apropriação do espaço e reduz o impacto pedagógico na aprendizagem. A universalização, portanto, não significa apenas instalar bibliotecas, mas garantir que o serviço seja incorporado ao cotidiano escolar por meio de rotinas de uso, mediação e avaliação.

No plano do acervo, a curadoria exige processos claros: diagnóstico do perfil leitor, metas de circulação, diversificação de gêneros e atualização periódica. Quando a seleção é centralizada e distante da realidade escolar, surgem coleções que não respondem às demandas locais. O mesmo ocorre com materiais acessíveis, que precisam ser previstos desde o momento da aquisição, e não apenas como adaptação posterior. A curadoria participativa, com escuta dos estudantes, reduz desperdícios e amplia a circulação das obras, fortalecendo a função inclusiva e a representatividade do acervo.

Para enfrentar esses obstáculos, torna-se decisivo combinar monitoramento, responsabilidade administrativa e participação coletiva. Farias e Britto (2019) argumentam que a efetividade da Lei 12.244/2010 não se reduz à obrigatoriedade de criar bibliotecas, exigindo financiamento e acompanhamento permanentes. No mesmo sentido, Assis e Conceição (2022) ressaltam que a execução dessas políticas depende de compromisso político com a inclusão social e que a falta de recursos não pode justificar a omissão do Estado. Com metas claras e indicadores de acompanhamento, a gestão educacional pode reduzir desigualdades e orientar prioridades.

Em síntese, acervo, infraestrutura, profissionais e financiamento formam um conjunto interdependente: falhas em um desses elementos

comprometem os demais. A universalização das bibliotecas escolares somente se concretiza quando há planejamento de longo prazo, integração pedagógica e governança capaz de garantir continuidade, transparência e avaliação das políticas públicas. Ao deslocar o debate do simples “cumprimento da lei” para o efetivo funcionamento das bibliotecas, abre-se caminho para que esses espaços deixem de ser exceção e se consolidem como política educacional cotidiana, fortalecendo equidade, cidadania e aprendizagem.

Inclusão educacional e impactos pedagógicos: acesso à leitura, equidade de oportunidades e permanência escolar

A inclusão educacional, quando pensada a partir da biblioteca escolar, desloca o foco do “aluno que precisa se adaptar” para o direito de todos a ambientes formativos acessíveis. Nesse cenário, a biblioteca deixa de ser complemento e passa a integrar a arquitetura do aprender, oferecendo rotas de leitura, pesquisa e convivência. O espaço ganha sentido quando acolhe diferenças, organiza tempos de uso, prevê acessibilidade e garante experiências que ampliem repertórios e vínculos com a escola, sem estigmas. Isso demanda intencionalidade pedagógica e rotinas de acompanhamento.

O acesso à leitura, nesse horizonte, não se resume ao empréstimo de livros ou ao silêncio da consulta individual. Envolve condições para escolher, compreender, dialogar e produzir sentidos a partir do texto, em práticas que valorizam cultura, linguagem e participação. Quando a biblioteca articula projetos com a sala de aula, abre possibilidades de autoria e pertencimento, especialmente para estudantes com trajetórias marcadas por desigualdades. Assim, leitura e inclusão tornam-se dimensões do mesmo compromisso pedagógico cotidiano, sustentado por acompanhamento e devolutivas formativas.

A inclusão se fortalece quando leitura e informação são tratadas como direitos culturais e educacionais, vinculados ao projeto pedagógico e à gestão escolar. Nesse movimento, a mediação deixa de ser atividade eventual e passa a orientar itinerários formativos e ações de escuta, ampliando o protagonismo discente e a participação comunitária. Nesse sentido, Silva (2026) argumenta que a biblioteca escolar constitui um espaço estratégico para a democratização do conhecimento.

A equidade de oportunidades aparece, então, como critério para avaliar se a biblioteca cumpre sua função pública. Não basta existir

um espaço físico; é necessário que ele seja utilizável por todos, com acessibilidade, diversidade de linguagens, tecnologias de apoio e curadoria sensível às identidades locais. Quando a escola reconhece a biblioteca como eixo de formação integral, reduz-se a distância entre quem já chega leitor e quem necessita de apoio sistemático. Com rotinas consistentes, o direito à leitura se concretiza no cotidiano e fortalece o engajamento escolar.

Nesse contexto, a biblioteca atua como território de encontro e reconhecimento, pois a leitura pode organizar experiências de convivência e aprendizagem coletiva. A compreensão de que “a leitura é um direito de cidadania” desloca o foco de práticas meramente técnicas para percursos formativos mais amplos, orientados pela autonomia e pela criticidade (Santos e Karwoski, 2010). Quando esse princípio atravessa projetos pedagógicos, o estudante encontra voz, pertencimento e participação, fortalecendo laços com a escola e impactando positivamente o desempenho acadêmico.

Os impactos pedagógicos tornam-se visíveis quando a biblioteca dialoga com o currículo e com as demandas reais das turmas, sem funcionar como setor isolado. Projetos de leitura, rodas de conversa e pesquisas orientadas contribuem para o desenvolvimento da linguagem, da argumentação e da autonomia intelectual. Também favorecem competências socioemocionais, pois ler em comunidade implica escutar, respeitar diferenças e sustentar o diálogo. Quando essas práticas se tornam contínuas, a biblioteca apoia o aprendizado em diferentes áreas e fortalece uma cultura escolar colaborativa.

A permanência escolar relaciona-se à experiência de acolhimento e sentido que o estudante encontra na instituição, e não apenas a regras disciplinares. Práticas de leitura podem produzir pertencimento e emancipação, desde que sustentadas por planejamento e acompanhamento (Silva, 2026). Em paralelo, a biblioteca inclusiva requer mediação que vá além do acesso ao acervo, mobilizando participação ativa e criação, como defendem Ritta et al. (2024) e Peixoto (2020). Esses elementos influenciam diretamente a motivação e a frequência escolar.

Quando a biblioteca se converte em espaço vivo, amplia-se a possibilidade de permanência e participação dos estudantes, pois o cotidiano escolar deixa de se restringir ao cumprimento de tarefas e passa a produzir sentido. Nessa direção, afirma-se que a biblioteca é “um organismo em movimento”, cuja vitalidade depende da interação entre sujeitos e contextos, reforçando a importância de projetos que valorizem

diversidade e diálogo (Sabelo e Sabará, 2022). A inclusão, assim, ganha dimensão ética e coletiva, fortalecendo a função democrática da escola.

A leitura mediada pode reduzir desigualdades simbólicas ao garantir representatividade no acervo e ao abrir espaço para narrativas antes silenciadas, sem reduzir a diversidade a mero adereço. Isso impacta a autoestima acadêmica e a relação dos estudantes com o conhecimento, pois eles se reconhecem em textos, temas e linguagens. Quando promove múltiplas vozes, a biblioteca torna-se lugar de escuta e autoria, favorecendo a participação das famílias e da comunidade. Desse modo, projetos de leitura sustentam vínculos, ampliam horizontes e fortalecem a permanência escolar.

A inclusão não se sustenta sem condições materiais e humanas adequadas, pois acessibilidade, recursos tecnológicos e formação continuada são requisitos para democratizar o direito de aprender. Nessa perspectiva, ações articuladas entre gestão, currículo e mediação transformam o espaço informacional em ambiente participativo (Santos e Moraes, 2025). Assim, a equidade exige políticas consistentes, planejamento institucional e avaliação contínua, com foco na redução de assimetrias e na promoção da justiça cognitiva.

No plano da equidade, a biblioteca torna-se ainda mais potente quando reconhece o leitor como sujeito ativo e promove o diálogo intercultural. A biblioteca deve “garantir o acesso à leitura”, articulando dimensões pedagógica, cultural e social em práticas compartilhadas (Nascimento, 2022). Ao assumir esse compromisso, a escola amplia oportunidades e constrói repertórios comuns sem apagar diferenças, tornando a leitura uma experiência significativa e socialmente relevante.

Em síntese, acesso à leitura, equidade de oportunidades e permanência escolar formam um triângulo pedagógico inseparável. A biblioteca escolar contribui quando opera com intencionalidade, mediação qualificada e participação coletiva, transformando informação em experiência de aprendizagem e convivência. Para isso, são necessários processos de curadoria, acessibilidade e projetos continuados, capazes de produzir pertencimento e fortalecer a cidadania cultural. Quando essas condições se consolidam, a escola avança na direção de uma educação inclusiva, democrática e humanizadora, com impactos duradouros no aprendizado.

Considerações finais

A discussão desenvolvida neste artigo teve como objetivo analisar os desafios da universalização das bibliotecas escolares no Brasil e refletir sobre seus efeitos na promoção da inclusão educacional. Ao examinar o marco legal, os obstáculos estruturais e os impactos pedagógicos associados à presença desses espaços nas escolas, tornou-se possível compreender que a biblioteca escolar ocupa papel estratégico na garantia do direito à leitura e ao acesso à informação.

A análise do marco normativo evidenciou que, nas últimas décadas, houve avanços importantes no reconhecimento da biblioteca como componente essencial da educação básica. Iniciativas como a Lei nº 12.244/2010, o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular contribuíram para fortalecer o entendimento de que o acesso ao livro e à informação constitui elemento fundamental da formação cidadã. Entretanto, o percurso entre a formulação das políticas públicas e sua efetiva implementação nas escolas revela desafios significativos.

Entre os principais obstáculos identificados destacam-se limitações relacionadas à infraestrutura, à composição e atualização dos acervos, à ausência de profissionais qualificados e à fragilidade de investimentos contínuos. Esses fatores demonstram que a universalização das bibliotecas escolares não depende apenas da existência de dispositivos legais, mas também de condições institucionais e administrativas capazes de garantir o funcionamento efetivo desses espaços no cotidiano escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão pedagógica da biblioteca escolar. Quando integrada ao projeto político-pedagógico e articulada às práticas de ensino, a biblioteca amplia possibilidades de mediação da leitura, favorece o desenvolvimento de competências cognitivas e culturais e contribui para fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola. Nesse sentido, a biblioteca pode atuar como ambiente de aprendizagem, participação e reconhecimento, especialmente para estudantes que enfrentam contextos de desigualdade educacional.

Os resultados discutidos indicam que a presença ativa da biblioteca escolar pode contribuir para ampliar oportunidades educativas e fortalecer práticas inclusivas. Ao promover acesso à leitura, diversidade de acervos e experiências de mediação cultural, esses espaços colaboram para a construção de trajetórias escolares mais significativas, favorecendo não

apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a permanência e o engajamento dos estudantes no processo educativo.

Diante desse cenário, torna-se fundamental que políticas públicas voltadas às bibliotecas escolares avancem para além da criação formal desses espaços, incorporando estratégias de financiamento, formação profissional, planejamento pedagógico e mecanismos de acompanhamento institucional. Somente com ações articuladas entre legislação, gestão educacional e práticas escolares será possível consolidar a biblioteca como espaço vivo de aprendizagem, democratização do conhecimento e promoção da inclusão educacional.

Referências

ASSIS, L. R. de; CONCEIÇÃO, R. C. A efetivação da Lei 12.244/2010 nas escolas do Estado de Pernambuco – Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 36, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1993>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2018.

CALDEIRA, P. T.; LIMA, R. F.; SOUSA, T. G. F. A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da Lei 12.244. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 39-58, ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/download/13609/11653>. Acesso em: 15 maio 2025.

FARÍAS, C. A.; BRITTO, L. P. L. A universalização das bibliotecas escolares no Brasil: desafios para a efetivação da Lei 12.244/2010. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 54-71, 2019.

NASCIMENTO, A. M. Biblioteca escolar e formação de leitores: práticas pedagógicas e mediação da leitura. São Paulo: Cortez, 2022.

PEIXOTO, L. S. Biblioteca escolar e inclusão: mediação da leitura em contextos educativos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

RITTA, A. C.; SILVA, M. P.; SOUZA, L. F. Biblioteca escolar, mediação da leitura e inclusão: práticas pedagógicas em contextos educacionais.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 20, n. 1, 2024. Disponível em:

<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1850>

Acesso em: 19 jun. 2025.

SABELO, J.; SABARÁ, L. Bibliotecas escolares e democratização do acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/38941>

Acesso em: 19 jun. 2025.

SANTOS, F. M.; KARWOSKI, A. M. **Leitura e cidadania: práticas de formação de leitores na escola**. Curitiba: CRV, 2010.

SANTOS, L. R.; MORAES, P. R. Biblioteca escolar, gestão e inclusão educacional. **Revista Educação e Linguagem**, v. 28, n. 1, 2025.

Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/10752>

Acesso em: 19 jun. 2025.

SILVA, L. S.; MEDEIROS, A. F. Universalização das bibliotecas escolares: estado da arte de produções relacionadas à Lei 12.244/10.

CriarEdu – Revista de Educação, v. 13, n. 2, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/download/7654/7128/24826>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SILVA, Silvana Cordeiro da. **Bibliotecas escolares como espaço de aprendizagem e inclusão: reflexões a partir da literatura e das políticas públicas brasileiras**. 2026. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidad del Sol – UNADES, Assunção, 2026.